

ABERTURA POLÍTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: entre o moderno-conservador e uma “nova sociedade civil”¹

Eduardo SEINO²

Giovana ALGARVE³

José Carlos GOBBO⁴

Resumo: Este artigo se inicia com a interpretação de Werneck Vianna sobre como a nossa “revolução passiva” e a lógica do “conservar-mudando” são importantes chaves explicativas que se estendem na história política brasileira. A retomada deste sociólogo concede conceitos tal qual revive categorias de outros momentos históricos adequáveis ao nosso contexto. Num percurso sem impactantes rupturas, buscou-se destacar, por meio da exposição de uma narrativa histórica que nos facilita a compreensão dos fatos, como o final dos anos 70 e os anos 80 foram marcados por idas e vindas na perseguição de um projeto efetivamente moderno e pela emergência de novos atores sociais. Mirando à conclusão foram amarradas as interpretações expostas às características das formulações sociológicas que se mostraram atentas à emergência de uma “nova sociedade civil” e, por isso, acabaram por movimentar a sua agenda conforme a perspectiva analítica mais relevante. Para finalizar foi sugerida uma reflexão à luz de argumentos contemporâneos de como a sociedade civil que passou a usufruir de alto nível de liberdade conduziu essa sua nova condição segundo os ideais de cidadania pensados pós-regime militar.

¹ Este artigo foi entregue como trabalho final da disciplina *Política e Cultura*, ministrada pelo Prof. Dr. Milton Lahuerta na Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara), no primeiro semestre de 2012.

² Eduardo Seino é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

³ Giovana Algarve é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara).

⁴ José Carlos Gobbo é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET - MEC/SESu.

Palavras-chave: Sociedade civil. Cidadania. Redemocratização. Atores sociais. Modernização Brasileira.

OPENING POLICY AND BRAZILIAN REDEMOCRATIZATION: between modern-conservative and a “new civil society”

Abstract: This article begins with the interpretation of Werneck Vianna about how our “passive revolution” and the logic of “keep-changing” are important explanatory keys that extend in Brazilian political history. The resumption of this sociologist grants concepts such other categories which revives historical moments which are adaptable to our context. On a path without impacting disruptions, we sought to highlight, through the exposure of a historical narrative that facilitates the understanding of the facts, as the late 70’s and 80’s were marked by ups and downs in pursuit of a effectively modern design and the emergence of new social actors. Targeting the conclusion, were tied interpretations exposed to sociological characteristics of the formulations that were attentive to the emergence of a “new society” and therefore eventually move its agenda as the most relevant analytical perspective. Finally it was suggested to reflect about the light of contemporary arguments of how civil society can now take advantage of high level of freedom that led their new condition in accordance with the ideals of citizenship thought post-military regime.

Keywords: Civil society. Citizenship. Redemocratization. Social Actors. Brazilian Modernization.

Conservar mudando, mudar conservando

A década de 80 é um período fundamental para compreendermos o processo de democratização brasileiro ou de “transição” do regime autoritário para o regime democrático. Inúmeros autores se debruçaram sobre o tema, como é o caso do trabalho de Luiz Werneck Vianna (1986): *Travessia da abertura a constituinte de 1986*. Neste, o autor contextualiza o processo iniciado a partir de 74 com a primeira vitória do MDB sobre a ARENA. Para Werneck esse é o momento em que foi possível uma ampliação da frente contra o regime autoritário a favor da democracia.

No entanto, para melhor compreender essa “travessia” iniciada na década de 70, o autor desenvolve a relação entre autoritarismo e modernidade e sua recorrência em diversos períodos da nossa história. Nesse sentido, ao analisar o processo de modernização brasileira, Werneck aponta como esse processo preservou um caráter de continuidade com o passado, uma modernização “sem rupturas” ou, nos termos gramscianos, a sociedade brasileira apresenta características de uma revolução “passiva”:

Revoluções passivas são processos de revolução sem revolução em que as elites políticas das classes dominantes se apropriam total ou parcialmente da agenda dos setores subalternos, cooptando suas lideranças, afastando outras, em uma estratégia de conservar-mudando, tal como nas palavras de um personagem do romance *O leopardo*, a obra-prima do italiano Giuseppe Lampedusa, que sentenciava ser necessário mudar para que as coisas permanecessem como estavam (WERNECK VIANNA, 2011, p. 172).

Werneck trabalha com esse conceito para explicitar que o processo de independência não constitui um movimento revolucionário de libertação nacional frente ao colonialismo, mas sim que esse processo foi dirigido pelas classes dominantes conservando uma estrutura vinculada ao monopólio da terra e do poder nas mãos da elite agrária do país.

Essa contextualização histórica da relação entre autoritarismo e modernidade permite ao autor trabalhar as tensões existentes entre sociedade civil e Estado em torno da democracia atentando as suas análises para o fato que o processo de democratização não implicou necessariamente uma revolução, mas que são importantes os avanços institucionais em que a sociedade civil passa também a ter uma participação direta. É nas décadas de 70 e 80 que a sociedade civil emerge como um dos atores sociais centrais no processo de democratização.

Esse cenário possibilitou uma esperança de que o avanço da democratização e, conseqüentemente, do moderno, traria o momento da conquista da cidadania livre e plena. Esse processo de emergência da sociedade civil e da transição para o modelo democrático teve seu ápice na Constituinte, a qual passou a ser vista como uma oportunidade por diversos setores da sociedade de imprimirem suas concepções e visões de mundo, definindo os rumos que a nação assumiria a partir de então. Estimulados pela mobilização da sociedade civil e pelo surgimento de novos movimentos sociais, a esquerda vislumbrava na Constituinte a possibilidade de uma espécie de refundação do país e, em contrapartida, a direita desejava, se não a permanência total das coisas, ao menos o mínimo de mudanças possíveis que resultassem na conservação do *status quo* sob uma roupagem mais moderna. Ao término dessa fase, a Constituição de 1988 passará a ser o principal instrumento de disputa das forças políticas na conjuntura que se formava.

No plano político: os acontecimentos, os entraves e a resposta cultural

Como colocado por Luiz Werneck Vianna, o caminho percorrido até a Constituinte de 1986 foi marcado por mobilizações populares em busca de mudanças, de progresso e, ao mesmo tempo, uma busca por parte da elite de sempre manter a população com uma liberdade sob a qual ainda seria possível se ter o controle. Diante disso, a autora Marly Rodrigues (1999) faz um panorama histórico dos anos 80 enquanto coloca como as mobilizações populares desse período influenciaram a política.

No ano de 1979, toma posse o presidente general João Batista de Oliveira Figueiredo, que daria continuidade ao processo de abertura política, marco do governo de Ernesto Geisel. A economia se encontrava em uma profunda crise que, posteriormente, tornar-se-ia uma crise política, nos comércios, nas fábricas, levando a população a um gradual e silencioso descontentamento. A saída da crise apontava para o início de um processo de liberalização da ditadura militar, denominado de abertura política, feito de forma “*lenta, gradual e segura*” pelos militares liderados por Geisel. A liberalização do país interessava, sobretudo, à burguesia que estava fortalecida pela consolidação do capitalismo possibilitada pela ditadura. A abertura do país substituiria mecanismos da ditadura, porém ainda garantindo que a participação populacional se daria sob controle. A pressão dos movimentos sociais foi fundamental para a abertura do país nesse momento, mas não para garantir que ela seria conduzida de forma democrática, pois isso exigiria profundas reformas nos mecanismos políticos.

Os caminhos para a abertura implicavam um restabelecimento de alguns aspectos institucionais básicos. Nesse sentido se deu a reforma partidária e, a partir de então, os partidos estariam bem mais definidos quanto a interesses de grupos e aos segmentos de classe que representavam:

O PDS (Partido Democrático Social), antiga Arena, apoiava o governo e reunia setores da burguesia e proprietários rurais. O antigo MDB, em torno do qual durante a ditadura agrupara-se a oposição de diversos matizes, tornou-se PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Outros partidos formaram-se em torno de antigos políticos – como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Ivete Vargas, o PDT (Partido Democrático Trabalhista), de Leonel Brizola, e o PP (Partido Popular), de Magalhães Pinto e Tancredo Neves, liberal-conservador, reunindo parte da alta burguesia brasileira e que, posteriormente, foi absorvido pelo PMDB (RODRIGUES, 1999, p. 16).

Essa reforma pretendia, principalmente, segmentar a oposição. Tal manobra não surtiu o efeito desejado, como fica claro nas eleições de 1982, quando a oposição foi fortemente favorecida.

Em 1983, houve uma grande mobilização popular “pró-diretas já” com a emenda apresentada por Dante de Oliveira. Entre janeiro e abril de 1984, realizaram-se, em todo o país, comícios que reuniram multidões. Atores, cantores, apresentadores de TV acompanhavam os políticos e apoiavam o movimento. No dia da votação, porém, a emenda não conseguiu os dois terços necessários dos votos para sua aprovação.

Com a rejeição da emenda de Dante de Oliveira, o Comitê responsável pela campanha pretendia manter a mobilização popular em torno de uma Emenda substitutiva, que seria enviada ao Congresso, prevendo eleições presidenciais para 1988. Nesta fase, começaram a surgir indícios de uma conciliação de interesses para as possíveis eleições, os quais se manifestaram assim que a Frente Liberal, unindo-se com o PMDB, deu origem à Aliança Democrática, que lança para a candidatura à presidência o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves e como seu vice-presidente, José Sarney. Diferente do que normalmente acontecia em eleições indiretas, Tancredo consolidou sua candidatura com a imagem de um novo “pai dos pobres”, como era chamado Getúlio Vargas, através de comícios. No início de 1985,

Tancredo recebeu de Ulysses Guimarães um plano de governo intitulado “A Nova República”, no qual estavam incluídas sugestões como eleições diretas em 1985 nas capitais e nas áreas de Segurança, convocação da Constituinte em 1986, congelamento de preços da cesta básica e transporte, redução das prestações do BNH (Banco Nacional da Habitação) e negociação da dívida externa (RODRIGUES, 1999, p. 22).

Tancredo Neves venceu Paulo Maluf nas eleições por 480 x 180 votos. Isso significava que após vinte e um anos, o Brasil voltava a ter um presidente civil. Com isso, mais uma vez o povo brasileiro tinha esperança de mudanças. Horas antes da posse, Tancredo Neves foi internado. Houve uma grande manifestação popular, pessoas se uniam em frente ao hospital onde Tancredo estava internado para orar, as emissoras de televisão davam cobertura completa ao que acontecia e isso demonstrava quão esperançoso se encontrava o povo brasileiro, que havia depositado sua confiança em um “herói”. Tancredo faleceu em 21 de abril e seu vice-presidente, José Sarney, tomou posse da presidência da República.

Coube a Sarney, portanto, encaminhar a organização da Assembléia Nacional Constituinte. A Constituinte de 1986 era vista como um instrumento antiditadura, garantiria direitos e proteção ao povo. Porém,

Se observarmos mais de perto o desenrolar dos trabalhos da Constituinte, verificaremos que a inclusão de pequenos avanços para as classes trabalhadoras sempre se fizeram sob intensa pressão da bancada de esquerda e no limite máximo da concessão dos políticos de centro e de direita. Entre outras coisas, isto quer dizer que a Constituinte tentou reformar tudo sem modificar nada, de modo a conservar sem arranhões profundos a ordem social já existente (RODRIGUES, 1999, p. 27).

Às vésperas da promulgação da Constituição, algumas resoluções aprovadas foram desrespeitadas pelo governo. Um grande exemplo é a greve dos metalúrgicos da Usina de Volta Redonda, quando após ser aprovado o direito dos trabalhadores à greve, Sarney ordenou que o exército invadisse a Usina, desrespeitando os direitos que haviam acabado de ser aprovados. Além disso, a situação econômica no Brasil era grave, a recessão econômica, o arrocho salarial e a constante alta do custo de vida levaram trabalhadores a perder poder aquisitivo e ter seu nível de vida rebaixado.

Nesse quadro, criou-se uma tensão entre trabalhadores e Estado. As greves nos anos 80 não se limitaram somente aos setores operários, mas também a médicos, motoristas, funcionários públicos e todos aqueles contrários às demissões em massa, baixos salários e que reivindicavam estabilidade e reconhecimento de representações nos locais de trabalho. Houve um aumento do descrédito do governo junto à população. Vários casos de escândalos financeiros envolvendo quantias exorbitantes vieram à tona e os responsáveis por lesar milhões de brasileiros não foram punidos. “Enfim, estamos no país do vale tudo” (RODRIGUES, 1999, p. 44).

Contraditoriamente, os índices que indicavam o desenvolvimento da época mostravam um país cuja população vivia muito bem, usufruindo da riqueza por ela mesma construída. Um exemplo é o PIB de US\$ 228 bilhões, enquanto a maioria dos brasileiros não ganhava o suficiente para a manutenção de um padrão mínimo de vida.

Com essa contextualização, pode-se afirmar que nos anos 80 existiu uma presença de grandes massas ocupando lugares públicos. Além dos movimentos sindicais, os movimentos sociais urbanos eram expressivos na busca de melhores condições de abastecimento, atendimento médico e urbanização; nas favelas, afirmava-se a necessidade de melhoramentos

urbanos e da legalização da posse de terra onde estavam os “barracos”. Assembleias de trabalhadores passaram a ser feitas em estádios e praças. Sem perder de vista sua autonomia, alguns movimentos se tornaram influentes ou auxiliares de políticas públicas. A revolução deixou de ser a única saída para as injustiças sociais e os ideais passaram a ser vistos como ideais que seriam conquistados por partes, em lutas por causas particulares e transformadoras de comportamentos individuais. Apesar de a década de 80 ter sido um momento em que a população estava muito esperançosa, a sociedade civil:

[...] manifesta uma descrença generalizada. Nos governantes, na existência de saídas, enfim, na possibilidade de tudo se ajeitar. Havia também irresponsabilidade nos pronunciamentos políticos e nas atitudes de grande parte dos governantes. Como acreditar nas boas intenções do poder público se elas são, diariamente, desmentidas pelos fatos? (RODRIGUES, 1999, p. 64).

A grande contradição da época era como se acreditar na justiça se crimes de colarinho branco passavam impunes enquanto trabalhadores eram presos por não portarem documentos ou serem negros e, por isso, serem considerados suspeitos. Injustiças e impunidades, todas essas pequenas distorções compunham um quadro de insegurança e impotência que ainda hoje caracteriza o cotidiano da maioria dos cidadãos brasileiros.

Pensando em uma interface com as expressões culturais da época, a música oferece respostas também ao contexto vivido. O grupo Titãs lança o álbum *Cabeça Dinossauro*, seu 3º disco, em 1986. Este é considerado um dos álbuns mais importantes do pop rock nacional. O álbum foi um “soco no estômago da hipocrisia com suas letras contundentes”. Trazia músicas como “Bichos Escrotos” – tocada desde 1982, mas que só pôde ser gravada em 1986. Outras músicas como “Porrada” e “Estado Violência” são tão marcantes quanto a primeira. A autora Marly Rodrigues utiliza trechos da música “Comida”, em seu livro *A década de 80: Brasil, quando a multidão voltou às praças*: “A gente quer inteiro e não pela metade” e “A gente quer saída para qualquer parte”, no primeiro para enunciar os trechos do texto nos quais se fala sobre a situação de crise em que se encontrava a economia e, por sua vez, a política com os desequilíbrios de renda e descaso com os direitos sociais no período da ditadura; no segundo trecho quando vai tratar sobre os caminhos que os movimentos sociais foram encontrando para trazer a público seus questionamentos e buscar soluções.

O cantor Cazuza lança a música “Brasil” no álbum Ideologia, de 1988, no qual escreve sobre a situação em que o Brasil se encontrava no momento – corrupção, incertezas, falsas promessas, uma “grande pátria desimportante”; e a música “O Tempo Não Pára”, também utilizada pela autora, é outra grande crítica à política da época.

A banda Legião Urbana, que é formada em 1982, lança seu primeiro álbum em 1985, denominado Legião Urbana, e é extremamente politizado, trazendo músicas como “Geração Coca-Cola”, “A Dança”, “Soldados”, dentre outras. A autora utiliza ainda trechos da música “Que país é este?”, do álbum de mesmo título, lançado em 1987.

Alguns poemas encaixam muito bem como meios de explicar e manifestar a indignação com os acontecimentos. Estes também não escapam à atenção de Marly Rodrigues, dentre eles o de Vinícius de Moraes, “Pátria Minha”:

*Mais do que a mais garrida a minha pátria tem
Uma quentura, um querer bem, um bem
Um liberto quae sera tamem
Que um dia traduzi num exame escrito:
“Liberto que serás também”
E repito!
(...)
Não te direi o nome, pátria minha
Teu nome é pátria amada, é patriazinha
Não rima com mãe gentil
Vives em mim como uma filha, que és
Uma ilha de ternura: a Ilha
Brasil, talvez.*

O lugar das análises sociológicas e ponderações finais

Embora atentas à fragilização do regime militar, ao crescente movimento pela democratização e às manifestações de novos atores sociais, as formulações sociológicas encontraram certos percalços para estabelecerem um consenso sobre qual seria o viés analítico mais adequado para explicar as transformações em curso.

A década de 70 aglutinou diversas debilidades presentes na conjuntura econômica e política do país de modo que a passagem para os anos 80 veio carregada de pesadas críticas ao Estado. Sob a ótica econô-

mica, as críticas ao chamado “Milagre Econômico”⁵ tomavam tom mais áspero na medida em que se começava a enxergar além das obras faraônicas e do crescimento do PIB e passava-se a notar que ambos motivos de euforia foram glorificados em detrimento da distribuição de renda e do investimento em políticas sociais, além de cravarem uma condição de dependência do capital internacional. No plano político, como já exposto, a oposição dos movimentos sociais e o processo de fortalecimento do quadro partidário consolidavam novos atores sociais que vislumbravam o horizonte da democratização pela via política.

Diante desse contexto, o empreendimento da sociologia vinha empenhado na compreensão dos movimentos sociais emergentes, condensando um conhecimento acerca dessas mobilizações e produzindo significativos balanços por meio das teorias que estudavam as estruturas da modernização capitalista e os efeitos que foram gerados pelo sistema produtivo, os quais acompanhados pelos processos de industrialização e urbanização desencadearam uma radicalização dos problemas sociais. A modernização deixou a desejar e não cumpriu o papel promissor que lhe reservaram, restando dramaticamente as suas conseqüências perversas. Nesse momento,

O pensamento sociológico defrontou-se com interessante bifurcação nos anos 1980: de um lado, em continuidade com a tradição marxista, explorou as possibilidades da modernização pela via política, agora encarnadas em atores sociais inéditos – teorias dos movimentos sociais -, e de outro extremo sua crítica mediante o recurso a conceitos cunhados na sociologia clássica do século XIX para formular uma *sociologia da decadência* das sociedades latino-americanas, capaz de ‘delimitar conceitualmente o fenômeno histórico da dissolução social (LAVALLE, 2003, p. 94).

Nessa situação de impasses e incapacidades do pensamento sociológico, uma vertente oriunda da ciência política se insere como protagonista embasada em uma perspectiva institucionalista de análise da relação entre modernização e política – as chamadas teorias da transição. Lavalle (2003) demonstra como foi a crítica feita aos limites da compreensão do viés político-institucionalista, principalmente no que se refere à negligência do “hiato entre a existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos agentes políticos” (AVRITZER, 1996, p. 136), que impulsionou o “retorno da sociologia”. Com esse mo-

⁵ Ver Singer (1972) e Furtado (1982).

vimento, ocorre uma renovação em torno da retomada das teorias dos movimentos sociais como elementos relevantes ao entendimento das transformações pela via da ação social, pois se cola a essa ideia uma noção ampliada de cidadania, aquela que “organiza uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação social, que afirma um *nexo constitutivo* entre as dimensões da cultura e da política” (DAGNINO, 1994, p. 104). O diálogo entre cidadania e sociedade civil reaquece as formulações sociológicas e as direcionam à interpretação empírica e normativa que visa “apreender o sentido cabal das novas tendências registradas na ação coletiva, extraindo-lhes conseqüências relevantes para a redefinição da democracia e do espaço público no país” (LAVALLE, 2003, p. 97).

Do que é feita esta “nova” cidadania? Nesse período, de modo geral, os teóricos tendiam a apontar a necessidade de se fundar uma cidadania com caráter participativo acentuado nos assuntos públicos, que permitisse remodelar a sociabilidade dos indivíduos reconhecedores dos seus deveres para com a comunidade. Além disso, acreditava-se numa cidadania que fizesse aflorar de maneira crescente as práticas associativas sob as quais os cidadãos se reconhecem enquanto detentores de direitos e atores da vida política. No limite, esperava-se uma mudança na cultura democrática, um passo à frente no civismo que andaria lado a lado com o fortalecimento das instituições. O desafio estava mais adiante do que a mera implantação de um regime democrático, se situava – e por certo ainda situa-se – na construção de uma sociedade efetivamente democrática, liberta do hereditário mal do *autoritarismo social*.

De acordo com as ponderações, evidencia-se que a “arte da política, se for *democrática*, é a arte de desmontar os limites à liberdade dos cidadãos; mas é também a arte da autolimitação” (BAUMAN, 2000, p. 12) e das obrigações para com a comunidade.

A aversão à autolimitação, o conformismo generalizado e a resultante insignificância da política têm, no entanto, o seu preço – um preço, aliás, exorbitante. O preço é pago na moeda em que é pago geralmente o preço da má política – o do sofrimento humano. O sofrimento se dá de muitas maneiras, com diversificada coloração, mas tem uma única raiz. E é um sofrimento que tende a se perpetuar. É o tipo de sofrimento que decorre dos malfeitos políticos e que constitui o supremo obstáculo à sanidade política. (BAUMAN, 2000, p. 13).

No Brasil, como sugere Lahuerta (2001), os sofrimentos indicados por Bauman tomaram (ou ainda estão tomando) um caminho que retrocede ao que se esperava da sociedade civil, isto é, um poder de associativismo republicano que guiasse e fundasse uma nova cidadania. O retrocesso aponta para o passado autoritário, que não mais se personifica no Estado, mas nas próprias demandas da sociedade por segurança e proteção diante das incertezas que afligem a nossa – para resgatar mais uma vez Werneck Vianna – “modernização sem o moderno”.

Esta “nova” sociedade civil assumiu uma postura de aversão a um órgão burocrático marcado pelo autoritarismo. Tal forma de se opor à figura do antigo opressor foi revestida de uma dimensão essencialmente “libertária” que de certa forma estava vinculada ao repúdio a qualquer tipo de limitação, ao mesmo tempo em que não objetivou reelaborar as bases da cidadania; ao contrário, a operação foi de incorporação desses novos atores nos padrões de vida sociais essencialmente vinculadas ao acesso ao consumo.

Segundo o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2000), temos um quadro global em que a cidadania não se realiza fora do consumo, isto é, esta lógica é legitimada tanto pelo mercado quanto pelo governo e incentivada a ponto da satisfação plena se encontrar no indivíduo realizado enquanto “cidadão-consumidor”. Corroborando com isso, na interpretação de Covre (1986), o caso brasileiro é emblemático no tocante à questão exposta acima. A ampliação dos direitos sociais traduziu-se basicamente em ampliação do consumo e em transformação dos trabalhadores em potenciais consumidores, fato que contribuiu para neutralizar a ação social reivindicatória.

Os efeitos perversos desse novo capítulo (nem tão novo assim) do mudar-conservando não se restringem à configuração de uma cidadania amputada, mas se estendem àqueles que ainda assim permanecem à margem dos processos de inclusão. A estes excluídos do reconhecimento da ordem social vigente torna-se cada vez mais atraente o mundo da violência, do tráfico e os meandros do crime que se mostram como possibilidades de alcançarem aquilo que o sistema em que vivem lhes diz ser sinônimo de sucesso.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização. In: *A moralidade da democracia*. São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/UFMG, 1996.

BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

COVRE, M. L. M. *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FURTADO, C. *Análise do Modelo Brasileiro: milagre econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LAHUERTA, M. A democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica. In: *Estudos de Sociologia*, v. 10, Araraquara, 2001.

LAVALLE, A. G. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n 6, 2003, p. 91-109.

RODRIGUES, M. *A década de 1980. Brasil: quando a multidão voltou às ruas*. São Paulo: Ática, 1999.

SINGER, P. *O Milagre Brasileiro: causas e consequências*, São Paulo: CEBRAP, 1972.

WERNECK VIANNA, L. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/REVAN, 1997.

_____. *Travessia da abertura à Constituinte 1986*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

_____. *Revolução passiva e república*. In: *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/ Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.